

A **SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO**, com sede no Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ: 33.646.001/0001-67, mantenedora da **UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**, neste ato representada pelo **INSTITUTO PROMINAS SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA**, inscrito no CNPJ: 07.254.256/0001-74 situado à AV. Acesita, 655 – Bairro Olaria – Timóteo – MG CEP: 35.180-207, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO** e outro lado,

o (a) **CONTRATANTE**, por si e/ou pelo **BENEFICIÁRIO**, identificados no quadro abaixo e no Requerimento de Matrícula, nos termos da legislação civil em vigor, resolvem firmar o presente instrumento de contratação de serviços educacionais, **PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU NO NÍVEL DE “ESPECIALIZAÇÃO”**, que se regerá pelas cláusulas que seguem:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO(A) CONTRATANTE - NECESSARIAMENTE MAIOR DE 18 ANOS

Nome do Aluno (a):			
Nome do Curso:			
Email:			
CPF:	Data de nascimento: ____/____/____	Cidade onde nasceu / Estado:	
Carteira de Identidade:	Estado Civil:	Profissão:	
Endereço: (Av, Pça, Rua):			Nº:
			Apto:
Bairro:	Cidade:		Estado:
CEP:	Telefone residencial:	Telefone celular:	Operadora:
Filiação:			
Pai: _____			
Mãe: _____			
Qual curso você se graduou:	Mês/Ano da Colação de Grau:	Nome do Parceiro / Agente de Vendas:	

CLÁUSULA 1ª - PREVISÃO LEGAL E AUTORIZAÇÃO DO CURSO - O presente contrato é celebrado sob a égide dos artigos 5º, inciso II, 173, §. 4º e 209, incisos II e III da Constituição Federal de 1988; artigos 81, 82, 135, 1079, 1080, 1084, 1092 e 1094 a 1097 do Código Civil; artigos 2º, 3º, §. 2º e art. 54 § 3º da Lei nº 8.078 de 11/09/1990, sendo que os valores lançados neste instrumento são do conhecimento prévio do(a) **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 46 e seguintes da mesma Lei nº 8.078 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA 2ª - OBJETO - A **CONTRATADA** se obriga a prestar os serviços educacionais ao **BENEFICIÁRIO** identificado no Requerimento de Matrícula, relativamente ao curso mencionado e mediante deferimento de aceitação e apresentação dos documentos necessários à sua efetivação.

§ 1º - **ESPECIFICIDADE DOS SERVIÇOS** - Entendem-se como serviços mencionados nesta cláusula os que objetivam o cumprimento do programa de estudos destinados à turma, coletivamente, não incluídos os facultativos, de caráter opcional ou de grupo.

§ 2º - **SERVIÇOS ESPECÍFICOS E/OU ESPECIAIS** - Não estão incluídos neste Contrato os serviços especiais de quando solicitados, sendo que suas determinações, forma alternativa de avaliação, atividades de frequência facultativa para o **CONTRATANTE**, os quais poderão ser objeto de ajuste à parte e, ainda, fornecimento de documentos acadêmicos como declaração, certificado, histórico, como também aqueles que NÃO integrem a rotina da vida acadêmica, os quais terão os seus valores comunicados por circular da direção da **CONTRATADA** e/ou da instituição quando disponíveis os serviços aqui mencionados.

CLÁUSULA 3ª - PLANO DE PAGAMENTO - Pelos serviços educacionais referidos neste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**:

a. () 01 XR\$ 2.520,00 b. () 06 XR\$ 420,00 c. () 12 XR\$ 210,00 d. () 18 XR\$ 140,00

Plano de Pagamento _____, através de boleto bancário vencível todo dia ____ de cada mês e cartão de crédito.

§ 1º - O valor descrito acima dá o direito ao **CONTRATANTE**, a frequentar o curso(s) de **PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU** no Nível de “Especialização” definido no ato da matrícula e o valor da taxa de matrícula é de R\$ 180,00.

§ 2º - Fica estabelecido que o valor do curso de Engenharia de Segurança do Trabalho é de R\$ 4.230,00, podendo ser dividido em até 18 parcelas iguais de R\$ 235,00.

§ 3º - Fica estabelecido que o não pagamento da importância descrita no caput desta cláusula desobriga a **CONTRATADA** a ministrar o curso contratado.

§ 4º - Fica ajustado que os certificados de conclusão do curso serão emitidos após o cumprimento pelo aluno de todos os pilares obrigatórios, pagamento integral do preço ajustado no caput deste artigo, e ainda, após o encerramento dos serviços educacionais contratados, dentro de um prazo médio entre 60 A 150 dias.

§ 5º - Em caso do CONTRATANTE optar por (02) dois cursos de Pós-Graduação Lato Sensu no Nível de “Especialização” no Ato da Matrícula, simultaneamente, terá um desconto especial, no segundo e terceiro curso.

CLÁUSULA 4ª - FORMA DE PAGAMENTO - O valor referido na cláusula anterior será pago conforme cláusula 3ª.

§ 1º - SINAL/ ARRAS/ PRINCÍPIO DE PAGAMENTO - (Artigo 1.096 do Código Civil Brasileiro) a primeira parcela que será paga no ato da assinatura deste instrumento, têm caráter de sinal, arras ou princípio de pagamento, razão pela qual não será devolvida, no todo ou em parte, em caso de desistência por parte do CONTRATANTE, sendo imprescindível sua quitação para a celebração e concretização do contrato de serviços educacionais.

§ 2º - O simples fato de o(s) acadêmico(s) beneficiário(s) não participar dos encontros presenciais para fazer avaliações presenciais (AVP) e apresentação de TCC, não desobriga o(a) CONTRATANTE do pagamento das parcelas contratadas.

CLÁUSULA 5ª - ATRASO/ INADIMPLÊNCIA - Havendo atraso no pagamento de qualquer das parcelas descritas na cláusula quarta, haverá incidência cumulativa de:

- Atualização monetária, com base na variação do IGPM calculada pro-rata-die, desde o vencimento até a data do efetivo pagamento;
- Multa de 2%;
- Juros de 1% a.m. ou fração.

§ 1º - Na impossibilidade de utilização da variação acima o débito será atualizado por índice que reflita a real desvalorização da moeda mencionada.

§ 2º - ATRASO SUPERIOR A 05 DIAS - Se o atraso for superior a 05 dias, a CONTRATADA poderá:

- Inscrever o devedor em Cadastros ou Serviços de Proteção ao Crédito (SPC) e encaminhá-lo para protesto;
- Emitir título de crédito correspondente à parcela vencida e não paga (duplicata de serviços, letra de câmbio ou outro título de crédito que for legalmente admitido), promovendo-lhes o protesto por falta de pagamento;
- Promover a cobrança ou execução judicial da dívida, através de advogados ou empresas especializadas.

CLÁUSULA 6ª – GARANTIA DE PAGAMENTO - Em garantia do pagamento do valor do curso por completo, a CONTRATADA poderá, a qualquer época, exigir do (a) CONTRATANTE a emissão de nota promissória, com aval de pessoa idônea, para o total da dívida ou cada uma das parcelas.

Parágrafo Único – Caso o CONTRATANTE não seja o próprio acadêmico beneficiário, este, será considerado solidariamente responsável pelas obrigações do presente contrato para todos os fins legais, inclusive para aplicação do previsto na cláusula anterior.

CLÁUSULA 7ª – RESCISÃO - O presente contrato poderá ser rescindido antes de seu vencimento:

- Pela CONTRATADA, por motivo disciplinar dado pelo acadêmico BENEFICIÁRIO, ou outro previsto no Regimento Escolar, ou por incompatibilidade ou desarmonia do acadêmico BENEFICIÁRIO, ou seu responsável, com regime ou filosofia da UCAM;
- Pelo (a) CONTRATANTE, a qualquer tempo, sendo necessário o deferimento pela CONTRATADA e o comprovante de pagamento da multa de 20% (vinte por cento) sobre o montante das mensalidades que irão vencer.
- Por acordo entre as partes;
- Em razão de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA 8ª – DISCUSSÃO JUDICIAL - Em caso de discussão judicial, no todo ou em parte, sobre os valores, condições e determinações aqui estabelecidas, o (a) CONTRATANTE continuará pagando diretamente à CONTRATADA e na forma deste contrato, os valores nele estabelecidos, ou dele decorrentes, até decisão judicial final.

CLÁUSULA 9ª – MUDANÇA DE ENDEREÇO - O(A) CONTRATANTE obriga-se a comunicar à CONTRATADA seu novo domicílio, sempre que houver alterações do mesmo.

CLÁUSULA 10ª – CLÁUSULA ESPECIAL - O acadêmico autoriza, desde já, que a CONTRATADA faça uso de sua imagem e som, sem quaisquer ônus, para fins de divulgação de programas, aprovação em concursos públicos, bem como para divulgação da eficácia do conteúdo pedagógico ou do próprio projeto pedagógico existente em veiculação de matéria publicitária.

CLÁUSULA 11ª – VIGÊNCIA DO CONTRATO - A cada final de trimestre, o aluno deverá renovar sua matrícula, requisito obrigatório para continuidade do curso, devendo, inclusive, estar em dia com o pagamento das mensalidades. Não será realizada a renovação da matrícula no trimestre subsequente, conforme o disposto no Art. 1.092, do Código Civil e § 1.º do Art. 6.º da Lei 9.870/99, com a alteração conferida pela Medida Provisória 1.968/11 e posteriores reedições, em caso de inadimplência das mensalidades escolares, ficando a critério da mesma a exclusão imediata do acadêmico, por motivos determinados nas clausulas deste contrato.

CLÁUSULA 12ª – FORO - As partes elegem o foro da cidade de Rio de Janeiro/ RJ para dirimir todas e quaisquer dúvidas deste contrato. E, assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor, também assinadas por duas testemunhas.

_____, ____ de _____ de ____.